

Moçambique não aprendeu nada com actual crise e tudo está acontecer novamente alerta o professor Castel-Branco



Carlos Nuno Castel-Branco, um dos moçambicanos que em 2009 começou a avisar-nos da iminência da crise económica e financeira que estamos a viver desde 2016, confessou “que não dá gosto nenhum dizer tinha razão, porque o motivo que falamos dessas coisas é para evita-las e o pior cenário era vivê-las, hoje estamos a vivê-las!”. Em entrevista ao @Verdade o economista alertou: “o pior neste momento é que quando falamos das expectativas, na campanha eleitoral já se diz que o Presidente Nyusi resolveu o problema da crise económica, já estamos a receber mais investimento, tudo está a acontecer com os mesmos princípios anteriores, então não aprendemos nada”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: IESE

continua Pag. 02 →

Prime Rate em Moçambique baixa um bocadinho ainda sem reflectir descida da Taxa Mimo

Os bancos comerciais desceram nesta segunda-feira (30) mais um bocadinho o Indexante Único contribuindo para uma pequenina redução da Prime Rate do Sistema Financeiro moçambicano, porém ainda sem reflectirem a descida que taxa de Política Monetária (MIMO) do Banco de Moçambique (BM) teve em Agosto.

Texto: Adérito Caldeira

No passado dia 14 de Agosto o Comité de Política Monetária (CPMO) do BM decidiu reduzir a sua taxa MIMO de 13,25 para 12,75 por cento em mais uma tentativa de tornar o acesso ao dinheiro mais barato. Contudo esse 1 por cento está a ser reflectido muito devagar para os clientes dos bancos comerciais.

Após essa decisão do BM a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) em vez de baixar também em 1 por cento o Indexante Único e forçar descida igual na Prime Rate em Setembro essas taxas reduziram somente 0,20 por cento.

Para Outubro os banqueiros que operam em Moçambique continuaram a não reflectir toda descida da taxa MIMO e baixaram apenas 0,30 por cento.

Descrição	Taxa
Indexante Único* (Calculado pelo BM)	12,80%
Prémio de Custo (Calculado pela AMB)	5,20%
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano (Calculado pelo BM e AMB)	18,00%

*Indexante Único é calculado tendo como base informação referente ao período do dia 26 de cada mês até ao dia 25 do mês seguinte.

Portanto em 2 meses que deveriam ter baixado em 1 por cento a Prime Rate os bancos comerciais teimam em reduzir apenas metade mesmo depois do banco central ter também flexibilizados as reservas obrigatória em Meticais o que deveria resultar em maior liquidez para o mercado.

A Prime Rate, taxa única de referência para as operações de crédito de taxa de juro variável e que resulta da soma do Indexante Único e do Prémio de Custo é usada como referencia pelos bancos comerciais no cálculo das taxas de juro para os seus clientes adicionando ainda um spread, que é a sua margem de lucro e risco em função dos tipos de crédito que vendem.

Spread Padronizado de Taxas de Juro praticadas pelos Bancos Comerciais						
Empréstimos a Particulares			Empréstimos às Empresas		Leasing Mobiliário	Leasing Imobiliário
Instituição	Habitação	Consumo	Empréstimos de curto Prazo (prazo até 1 ano)	Empréstimos de longo Prazo (prazo acima de 1 ano)		
1. BCI	4.50%	4.50%	4.50%	5.25%	3.00%	4.50%
2. BIM	2.00%	4.75%	1.30%	2.90%	3.50%	2.00%
3. Standard Bank	2.25%	8.75%	2.00%	5.00%	3.00%	-
4. Barclays Bank	2.75%	10.75%	0.00%	1.00%	5.00%	-
5. Banco Único	2.00%	8.50%	2.00%	2.50%	3.00%	1.50%
6. Moza Banco	5.00%	6.50%	2.00%	3.00%	5.00%	4.50%
7. FNB	1.00%	2.50%	1.50%	2.00%	2.00%	2.00%
8. ABC	4.00%	14.50%	5.00%	2.00%	7.75%	7.75%
9. BNI	-	-	2.00%	4.00%	-	-
10. Societé Generale	6.00%	10.00%	4.00%	3.00%	3.00%	3.00%
11. Banco Terra	4.00%	7.00%	2.00%	3.00%	-	-
12. Ecobank	4.00%	7.00%	3.00%	5.00%	-	-
13. Big	-	-	4.00%	4.50%	-	-
14. First Capital Bank	2.50%	10.00%	2.50%	3.00%	-	-
15. UBA	3.00%	6.00%	4.00%	5.00%	4.00%	4.00%
16. Banco Mais	5.83%	4.75%	4.00%	4.25%	-	-
17. MyBucks	-	40.70%	22.70%	22.70%	-	-

continua Pag. 09 →

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

A verdade em cada palavra.

→ continuação Pag. 01 - Moçambique não aprendeu nada com actual crise e tudo está acontecer novamente alerta o professor Castel-Branco

“Nós começamos no IESE a tratar desta problemática da dívida muito antes destes escândalos todos, penso que o primeiro artigo que publicamos foi em 2009, muito antes de haver este problemas. O que estávamos a colocar na altura era que a maneira como a dívida estava a crescer e como o Governo se estava a comportar, dizendo existe espaço de dívida então vamos usar o máximo possível era irresponsável quer porque estava-se a recorrer a dívida para qualquer assunto”, começou por recordar Castel-Branco que é um dos fundadores do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

Apelidado pelo ex-Presidente Armando Guebuza de “desgraçado, tagarela, intriguista e apóstolo da desgraça”, juntamente com outros cidadãos que criticaram as políticas e modelos de desenvolvimento implementados durante os mandatos do 3º Chefe de Estado de Moçambique, o economista recordou ter constado as implicações que o endividamento estava a ter no sistema financeiro doméstico, “o peso da dívida pública era tal que estava a torna-lo mais especulativo concentrando-o no negócio de dívida, a dimensão financeira da economia estava a ganhar peso e isso tinha implicações com uma das dimensões da financeirização que é possível fazer dinheiro do dinheiro sem passar por uma actividade intermédia”.

“A ideia que se empresta dinheiro para comprar mercadorias que são usadas para produzir mercadorias etc neste caso já não era necessário, neste caso era comprar dinheiro e vender dinheiro o que implica que a preocupação com a produção deixe de ser central e as implicações directas para as Pequenas e Médias Empresas eram o juros subirem, o capital escassear e os bancos não teriam incentivos para baixarem os juros. Isso era observável quando olhávamos a relação entre as taxas de juro e as taxas de referência do banco central” lembrou Castel-Branco.

A pobreza era “culpa era dos pobres, da mentalidade, falta de auto-estima, estava nas nossas cabeças”

O mestre de Ciências de Desenvolvimento Económico recordou ainda que o Banco de Moçambique “estava, naquela altura a tentar seguir



uma política expansionista e estava a baixar as taxas de referência na óptica de promover o desenvolvimento, mas as taxas de juro dos bancos comerciais baixavam muito lentamente e com um largo temporal, quando as taxas de referenciam subiam já os bancos reviam rapidamente. Uma das explicações eram as implicações da dívida pública, aquela dinâmica de endividamento estava a desarmar a possibilidade de uma maior interacção entre o sistema financeiro e o desenvolvimento de uma base produtiva mais alargada”.

“A economia estava muito concentrada num pequeno leque de produtos num cenário em que tens de diversificar a base produtiva, como se poderia fase isso quando nada na economia funcionava para isso e nem o sistema financeiro”, indicou Carlos Nuno Castel-Branco.

O professor anotou ainda que “a outra implicação era que o Estado, através do sistema de endividamento, estava a apoiar e a promover esta enorme concentração de capital numa área muito limitada da economia que nós chamamos complexo mineral e energético, e no núcleo extractivo da economia que inclui o complexo mineral e energético mais um pequeno grupo de mercadorias agrícolas para exportação. No que diz respeito ao resto o Estado dizia libertem a iniciativa, vocês tem que ser empresários, tem que ter empreendedorismo, tem que ter criatividade etc. Mas no que respeita ao grande capital investido nas mercadorias o Estado tinha grande

empenho, incluindo o seu endividamento”.

“Isto era a outra face da moeda em relação a discussão sobre a distribuição de rendimentos, no que diz respeito a pobreza a posição era que a culpa era dos pobres, da mentalidade, falta de auto-estima, a pobreza estava nas nossas cabeças. No que dizia respeito ao ricos havia um direito histórico para serem ricos, havia apoio massivo do Estado para que ficassem ainda mais ricos. Era uma obsessão de classe do Estado sobre as dinâmicas de desenvolvimento”, lembrou.

Governo da Frelimo alimentação expectativas do capital financeiro internacional através do endividamento público e da entrega dos recursos minerais

Segundo Castel-Branco no IESE “nós estávamos a observar isso muito antes de começarem a ser negociadas as dívidas ilegais e de saber que elas iriam existir, estávamos a apontar para esta questão. O que era óbvio era que o capital financeiro internacional estava muito interessado em Moçambique, mas não era porque não via os riscos mas o capital estrangeiro internacional estava protegido desses riscos em grande medida, por um lado pelo compromisso do Estado”.

“O Estado estava a dar o que lhe era pedido e por outro, na pior das hipóteses, o capital internacional ficava com o gás, portanto se o país falir eles ficam com o gás. O

problema para o país é que fica sem o gás e fica com as dívidas. O que sustenta essa apetência do capital financeiro por Moçambique é a possibilidade dos recursos minerais estratégicos, é a sua expectativa sobre futuro que está a sustentar o seu engajamento pelo presente. E mais eles tem experiência, são capitalistas num mundo globalmente financeirizado e especulativo, eles sabem que se não pagarmos há os recursos minerais para por outro lado há também a possibilidade de especular com a nossa dívida”, explicou.

Castel-Branco argumentou ainda que a entrada de capital que criou a economia afunilada que Moçambique tem hoje onde 90 por cento de todo investimento privado vai para o sector extractivo e para os sectores que funcionam adjacente sendo responsável por 95 por cento das exportações, 65 por cento do PIB e empregando somente 2 por cento da população economicamente activa. O académico entende que essa economia “é muito assente em expectativas e tem muito poucas bases reais e são essas expectativas que alimentam a expansão”.

“O Governo aposta seriamente na alimentação dessas expectativas, o endividamento público é parte disso, a entrega dos recursos à baixo custo, a entrega de infra-estruturas são parte disso, porque esta coisa de alimentar as expectativas é importante para que as expectativas continuem a criar o interesse para o capital estrangeiro, isso é a bolha

económica, é uma expansão rápida da economia que tem por base ar, neste caso podemos dizer ironicamente que tem por base gás”, esclareceu ao @Verdade.

“Não dá gozo nenhum dizer que eu tinha razão”

Carlos Nuno Castel-Branco lembrou também que em 2013 o IESE voltou a alertar sobre a bolha económica em Moçambique “é que essas bolhas são efémeras e quando mais depressa crescem, mais depressa rebentam, e quanto mais expandem mais finas ficam as paredes e rebentam. Então alertamos que estávamos a entrar na dinâmica de implosão e explosão. A explosão é quando entramos em crise e depois há uma implosão que é a contração do emprego, do investimento, etc, mas a dívida fica”.

Questionado pelo @Verdade como se sente por ter razão o professor confessou: “Esta é uma coisa daqueles que não dá gosto nenhum dizer tinha razão, porque o motivo que falamos dessas coisas é para evita-las e o pior cenário era vivê-las, hoje estamos a vivê-las! Não dá gozo nenhum dizer que eu tinha razão”.

“Sinto-me tão mal como qualquer cidadão moçambicano que se sente defraudado, que sente incapaz de influenciar o curso das coisas para melhorar as condições de vida. Para minimizar os problemas que temos, do ponto de vista meramente científico, é um campo enorme de pesquisa que se abre de novo. Como cidadão é uma tristeza”, lamentou Castel-Branco.

Entretanto o económica avisa novamente: “o pior neste momento é que quando falamos das expectativas, na campanha eleitoral já se diz que o Presidente Nyusi resolveu o problema da crise económica, já estamos a receber mais investimento, tudo está a acontecer com os mesmos princípios anteriores, então não aprendemos nada”.

“Para as multinacionais a nossa crise não é problema, porque na pior das hipóteses o nosso Estado não tem nenhum poder de negociação e eles conseguem tudo o que querem. E isso não é nada surpreendente, a maneira de agir do capital estrangeiro, o que é interessante é que a gente não saiba isso, eu acho que a gente sabe”, concluiu o professor.

Cada Mobile ID do recenseamento eleitoral em Moçambique custou 569 mil Meticais



O cada vez menos livre, sem transparência e injusto processo eleitoral em Moçambique continua a somar custos exorbitantes. O @Verdade descobriu que os 3 mil Mobiles ID e assessórios adquiridos para o recenseamento desde ano custou 1,7 bilhão de meticais, são cerca de 569 mil Meticais por cada kit... que saiu mais caro do que as habitações da maioria dos cidadãos moçambicanos.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: STAE

continua Pag. 04 →

Jovem degolado na Cidade de Maputo

Um jovem de 23 anos idade foi degolado na madrugada do passado domingo (29) no bairro do Alto Maé, na Cidade de Maputo.

Texto: Redacção

O assassinato aconteceu cerca das 4 horas quando um grupo de três desconhecidos que se fazia transportar numa viatura de cor branca interceptou um jovem que aparentemente regressava de uma convívio com amigos a pé.

“Puxaram a ele para o carro onde foi esfaqueado na garganta” contou uma testemunha a jornalistas que indicou que a vítima, identificada pelo nome de Abdul Nasser, residia próxima do local onde foi assassinada.

Escola Comercial de Pemba transformada em instituto médio

O Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional decidiu requalificar a Escola Comercial de Pemba para leccionar o nível médio técnico profissional.

Texto: Redacção

Tendo “as dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico do país” como argumento o Governo transformou desde o passado dia 2 de Setembro a Escola Comercial de Pemba,

de nível básico técnico profissional, em Instituto Industrial e Comercial de Pemba, localizado na Província de Cabo Delgado, que passará a leccionar o nível médio.

Para estar sempre actualizado sobre o que acontece no país e no globo siga-nos no



twitter.com/verdademz

Ancião detido por roubo de sapatos

Um cidadão de 64 anos de idade foi detido na passada terça-feira (01) na Cidade de Maputo pela Polícia da República de Moçambique acusado de furto de sapatos.

Texto: Redacção

De acordo com testemunhas o ancião terá contactado inicialmente a loja para adquirir sapatos diversos, no dia seguin-

te voltou ao mesmo estabelecimento comercial e furtou dez pares de sapatos que tentou ocultar pelo seu corpo.

“Tentei comprar esses sapatos só que não tinha dinheiro”, confessou o cidadão detido na 1ª esquadra da Cidade de Maputo.



→ continuação Pag. 03 - Cada Mobile ID do recenseamento eleitoral em Moçambique custou 569 mil Meticais

Os custos da democracia no nosso país não param de aumentar cada novo ciclo eleitoral, para o processo que culmina com a votação no próximo dia 15 de Outubro as autoridades estimaram inicialmente em 14,6 biliões de Meticais mas devido a crise despoletada pelas dívidas ilegais cortaram até cerca de 6 biliões de Meticais.

O @Verdade descobriu que 1,7 bilião de Meticais foi usado apenas para adquirir 3 mil kits do recenseamento, vulgarmente denominados Mobile ID, que são basicamente compostos por um computador com um software de recolha de dados específico, sistema de três backups, impressora, colector de impressões digitais, câmara fotográfica e baterias.

Entrevistado pelo @Verdade o porta-voz do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), Cláudio Langa, explicou que os 5 mil Mobiles IDs adquiridos para o ciclo 2013 e 2014 e que “estavam em perfeitas condições” quando o processo terminou, apesar dos cuidados de armazenagem e manutenção rotineira “alguns mostraram-se fora de condições pelo não uso”.

“Em finais de 2016 fizemos uma “feira internacional” para todos os fabricantes daquele tipo de equipamentos, localmente não existem (empresas com esse know-how), ainda é uma tecnologia nova. Não é apenas um computador, é uma tecnologia nova ao nível internacional, as empresas vão se especializando a medida que prestam trabalho a um determinado país. Vieram da várias partes do mundo empresas, expusemos o que tínhamos como ponto de partida para dar-se continuidade mas não houve muitos interessados. Primeiro por interesses próprios comerciais, não quiseram pegar no que é de alguém, teriam de pagar algo por usar o software de alguém, mesmo que só usassem o equipamento depois teriam de construir um software só para ali” detalhou Cláudio Langa.

O porta-voz do STAE explicou que “em 2018 fizemos o recenseamento piloto com o lote (de equipamentos) que estava bom e que cobria as necessidades para os distritos com autarquias, mas quando começamos a projectar os postos de recenseamento para 2019 assustamos quando ultrapassamos os sete mil postos, qual era a quantidade de brigadas necessárias para cobrir. Terminado o recenseamento de 2018 reavaliámos o equipamento e só tínhamos cerca de 2.500 a 2.700 operacionais, pois para além das condições adversas que são



sujeitos estão nas mãos de pessoas que nunca viram informática na vida”.

Processo eleitoral está refém da empresa Artes Gráficas Lda a menos que troque todos os Mobiles no próximo ciclo eleitoral

Langa aclarou que “depois da avaliação fizemos não um concurso inicialmente, voltamos a fazer consultas aos fornecedores internacionais conhecidos, com parceiros locais como obriga a lei do procurement, vieram as mesmas que tinham estado na “feira” e disseram a mesma coisa temos produto novo, não podemos usar esse. O STAE apresentou esse trabalho à CNE, que desvan-

tagens existiam em começar do zero e quais seriam vantagens de abrir um concurso para substituir tudo. A outra solução era adquirir apenas para os novos postos de 2019 mantendo os equipamentos usados nas autarquias mas o problema foi como agregar a base de dados com 6 milhões de eleitores produzida por um determinado tipo de equipamento, com certo software, num novo”.

“Houve uma longa discussão sobre isso até que a CNE acabou decidindo por um ajuste directo para 3 mil Mobiles IDs para salvaguardar a questão da compatibilidade da gestão da base de dados, tudo nos levava, nos relatórios de todos os fornecedores, sempre a soluções no-

vas inclusive fizemos, para quem quisesse, disponibilizámos a base de 2013 e 2014 para ensaiar mas desistiram a meio, quando importavam para o seu software novo perdiam-se as fotos, noutro não vinham todos eleitores”, revelou o porta-voz do Se-



cretariado Técnico de Administração Eleitoral.

O @Verdade apurou que a 3 de Dezembro de 2018 foi rubricado um contrato com a empresa Artes Gráficas Lda,

material de formação, acessórios e tonner no valor total de 1.599.984.739,86 Meticais.

Cláudio Langa disse ao @Verdade que este custo teve em referência o preço unitário de 2013 e 2014 “mais as melhorias que pedimos como colector de impressões digitais, a câmara fotográfica porque houve problemas de qualidade das fotos”, mas acrescentou que o processo eleitoral está refém deste fornecedor a menos que troque todos os Mobiles no próximo ciclo eleitoral.

No entanto em Junho deste ano a empresa Artes Gráficas Lda solicitou o pagamento de diferenças cambiais no montante de 22.863.513,27 Meticais pois todos materiais foram adquiridos em moeda convertível e a liberação de fundos foi lenta.

Através da Resolução 69/CNE/2019 de 15 de Julho a Comissão Nacional de Eleições aprovou a “liquidação de diferenças cambiais” solicitadas por esta empresa que é propriedade da família Sidat, composta por vários membros proeminentes do partido Frelimo e que ironicamente tem fornecido

outros materiais do processo eleitoral há vários anos.

O @Verdade descobriu também que por ajuste directo os órgãos eleitorais adjudicaram a empresa Artes Gráficas Lda mais 85.119.870 Meticais para o fornecimento de tinteiros adicionais para as impressoras usadas durante o recenseamento eleitoral de 2019.



que em 2013 havia vendido 5 mil Mobile ID por 1,3 bilião de Meticais, desta vez para o fornecimento de 3 mil Mobiles ID para o recenseamento eleitoral de 2019,

que em 2013 havia vendido 5 mil Mobile ID por 1,3 bilião de Meticais, desta vez para o fornecimento de 3 mil Mobiles ID para o recenseamento eleitoral de 2019,

OBITUÁRIO:

Ricardo Barradas
1948 – 2019

O cirurgião que gostava da escrita



Texto & Foto: Savana

Um cancro fulminante levou-nos, quarta-feira (25), a companhia do cirurgião Ricardo Barradas, um médico notável da geração do pós-independência em Moçambique.

Barradas especializou-se em cirurgia plástica tendo feito um trabalho assinalável nas unidades hospitalares de queimados e na colocação de próteses e enxertos a amputados vítimas de guerra.

Enquanto estudante de medicina, foi um activista do movimento estudantil pela independência do país e entusiasta da associação de teatro universitário. Como profissional de saúde desempenhou a sua actividade nos hospitais de Nampula e da Beira para além do Hospital Central de Maputo. Pertenceu também ao corpo de professores da faculdade de Medicina da UEM (universidade Eduardo Mondlane).

Já depois de reformado lançou dois livros de pesquisa, um sobre a Ilha de Moçambique e outro sobre a caça ao elefante.

Uma das suas facetas pouco conhecida era a sua colaboração especializadada na imprensa sobre temas de saúde pública. Desde a sua criação, Ricardo Barradas fazia a coluna "Pergunta à Tina" no diário "A Verdade", uma rubrica destinada a esclarecer temas sobre saúde sexual e reprodutiva.

Exim Bank dos EUA financia Área 1 tendo em vista 16 mil empregos para norte-americanos em Moçambique



O Banco de Exportação e Importação (EXIM Bank) dos Estados Unidos da América (EUA) aprovou no passado dia 26 um empréstimo de 5 biliões de dólares para financiar parte do projecto de exploração de gás natural na Área 1 do Bloco do Rovuma, na Província de Cabo Delgado, tendo em vista a criação 16.400 empregos para cidadãos norte-americanos. Tal como todos megaprojectos em Moçambique a empresa que vai explorar e vender gás natural está sediada num paraíso fiscal.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Occidental Petroleum e Total pagam "mais-valias" abaixo do valor real da Área 1

Os 880 milhões de dólares que as multinacionais Occidental Petroleum e Total poderão pagar como imposto sobre as mais-valias pelos investimentos da Anadarko na Área 1 da Bacia do Rovuma estão aquém do valor de mercado. Ainda assim o Presidente Filipe Nyusi anunciou que vai usar esse dinheiro para impulsionar a sua campanha eleitoral e não iniciar o Fundo Soberano de Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

A Anadarko Petroleum foi adquirida recentemente pela multinacional Occidental Petroleum Corporation num negócio avaliado em 32 biliões de dólares do qual onde está incluída uma participação de 26,5 por cento no Consórcio que vai explorar o gás natural existente nos campos Golfinho & Atum na Área 1 da Bacia do Rovuma, na Província de Cabo Delgado.

Contudo a norte-americana Occidental Petroleum, não tendo interesse nos activos em Moçambique, Argélia, Gana e na África do Sul, decidiu vende-los à francesa Total, SA., por 8,8 biliões de dólares.

Na sexta-feira passada (27) dois executivos seniores da Occidental e da Total, Vicki Hollub e Patrick Pouyaanné, respectivamente, reuniram-se com o Presidente da Re-

pública na Cidade de Chimoio e no encontro Filipe Nyusi terá sido informado que da transacção Moçambique irá encaixar 880 milhões de dólares americanos em mais-valias.

Embora seja muito dinheiro, cobre grande parte do défice financeiro do Orçamento de Estado de 2019 que ronda os 90 biliões de Meticais, o @Verdade apurou que este montante poderá es-

tar subvalorizado tendo em conta potencial da Área 1 e os investimentos feitos pela Anadarko desde que está em Moçambique.

Sendo o imposto de mais-valias no nosso país taxado em 32 por cento contas feitas pelo @Verdade indicam a participação da Anadarko na Área 1 foi avaliada em cerca de 2,5 biliões de dólares.

continua Pag. 06 →



→ continuação Pag. 05 - Exim Bank dos EUA financia Área 1 tendo em vista 16 mil empregos para norte-americanos em Moçambique

Um comunicado da instituição financeira indica que: “O financiamento do EXIM apoiará as exportações dos EUA de bens e serviços para engenharia, compras e construção da planta de gás natural liquefeito onshore e instalações relacionadas. A transação criará um número estimado de 16.400 em-

deverá gerar, através de taxas e juros, “mais de 600 milhões de dólares em receita para os contribuintes dos EUA”.

Projeções públicas do Consórcio Mozambique LNG1 Financing Company Ltd., até recentemente liderado para Anadarko, indicam que ao

Emprego Moçambicano Durante a Construção						
As Oportunidades de Emprego Serão Oferecidas em Todos os Níveis de Habilidade						
	DFI	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Primeiros Carregamentos
Gestão Sénior	80	200	370	250	110	80
Profissional	340	860	1,650	1,190	600	470
Supervisão	560	1,070	2,300	2,350	1,220	1,140
Especializado	1,730	3,650	7,910	7,460	3,810	3,460
Semi-Especializado	800	1,640	2,160	1,300	690	560
Básico-Especializado	1,560	2,360	1,460	1,260	450	440
Total	5,070	9,780	15,960	14,090	6,880	6,150
Nacionais Moçambicanos	2,690	5,280	6,030	3,950	1,650	920

Gestão Sénior	Profissional	Supervisão	Especializado	Semi-Especializado	Básico-Especializado
Exclusivo com capacidade de decisão com experiência significativa e/ou qualificações de graduação	Engenheiros, contabilistas, advogados qualificados	Supervisores de construção tecnicamente qualificados, supervisores de equipamentos com muitos anos de experiência no sector	Electricistas, andamies, soldadores, montadores de tubos tecnicamente qualificados	Algumas habilidades técnicas e / ou experiência específica de trabalho são necessárias - para recepcionistas, motoristas, vendedores, colocação de jacos, motoristas	Não é necessária nenhuma experiência técnica ou profissional específica para funções como mão-de-obra, acendedor, escavador pós-fundador, punador de cabos

pregos americanos durante o período de construção de cinco anos, incluindo empregos em fornecedores no Texas, Nova York, Pensilvânia, Geórgia, Tennessee, Flórida e no Distrito de Columbia. Através das vendas subsequentes, milhares de empregos adicionais provavelmente serão gerados nos Estados Unidos” e prevê ainda que o empréstimo

longo dos cinco anos de edificação das infra-estruturas necessárias para a liquefação do gás existente nos campos Golfinho & Atum serão criados 51.680 dos quais apenas 19.500 serão para os moçambicanos. Portanto, para além dos 16.400 empregos para cidadãos norte-americanos, outros 15.780 estrangeiros irão beneficiar directamente do gás da Área 1.

→ continuação Pag. 05 - Occidental Petroleum e Total pagam “mais-valias” abaixo do valor real da Área 1

Contudo o @Verdade contabilizou, através do Relatório do Tribunal Administrativo à Conta Geral do Estado de 2017 e Relatórios e Contas da Anadarko Petroleum, que a multinacional norte-americana investiu em pesquisa e desenvolvimento no nosso país pelo menos 6 biliões de

usar, por exemplo 16 biliões (de Meticais) poderemos usar para a reposição do défice fiscal devido ao (ciclone) Idai”.

“E vamos também usar por volta de 6 biliões (de Meticais) para fechar o défice do processo eleitoral”, disse Nyusi durante mais um showmício



dólares norte-americanos.

Entretanto, tendo em conta que os 880 milhões de dólares poderão entrar nos cofres ainda em 2019, o Presidente Nyusi já antecipou o seu uso para impulsionar a sua campanha eleitoral. “(...) São aproximadamente 62 biliões na nossa moeda nacional o que significa que uma parte vamos

da campanha para a sua reeleição tendo indicado que outro montante será usado para continuar a pagar as dívidas do Estado aos empresários nacionais e “a restante parte, que é significativa, vai para a reserva do Estado e sobretudo no momento em que estamos a pensar no Fundo Soberano ou no reinvestimento na actividade produtiva”.

Este empréstimo é uma parte dos 14,4 biliões de dólares norte-americanos que a Mozambique LNG1 Financing Company Ltd. está a financiar através bancos de Exportação e Importação da África do Sul, Itália, Japão e China e envolve também o Banco Africano de Desenvolvimento.

O remanescente do investimento, 7,6 biliões de dólares, estão a ser financiados com fundos próprios de cada umas das empresas que fazem parte do Consórcio: a japonesa Mitsui (com 20 por cento), as indiana ONGC (16 por cento), Barhat Petro Resources (10 por cento) e Oil India (4 por cento), a tailandesa PTT Exploration & Production (8,5 por cento).

No entanto um dos membros do Consórcio, a Empresa Moçambicana de Hidrocarbonetos (ENH), não tem fundos próprios nem contas devidamente auditadas que lhe permitam acesso a financiamento bancário internacio-

nal, embora possua Garantia Soberana do Governo de Moçambique. Para realizar a sua parte de investimento a ENH endividou-se junto de um dos seus Parceiros, revelou ao @Verdade o ministro dos Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela.

Consórcio que vai explorar gás natural na Área 1 sedeado em paraíso fiscal

Mas as expectativas de biliões em receitas fiscais e de outra natureza que o erário moçambicano tem expectativa de obter poderão não se concretizar na totalidade pois o Consórcio Mozambique LNG1 Financing Company Ltd. é uma empresa que não está registada no nosso país, mas em Singapura.

O @Verdade apurou que além de todos os benefícios fiscais que o Governo de Filipe Nyusi concedeu para que a liquefação do gás natural existente nos campos

Golfinho & Atum torne-se uma realidade as multinacionais pretendem obter mais isenções tendo sedeado o Consórcio nesta cidade-Estado da Ásia que onde o equivalente ao Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC, taxado a 32 por cento em Moçambique), não é cobrado a rendimentos provenientes de fora de Singapura, como será o caso.

Para dificultar ainda mais a cobrança de impostos por parte da Autoridade Tributária o @Verdade apurou o Consórcio Mozambique LNG1 Financing Company Ltd. irá fundamentalmente gerir apenas os financiamentos, que não serão domiciliados nos bancos nacionais, uma outra empresa foi criada para a venda do gás natural liquefeito, trata-se do Consórcio Mozambique LNG1 Financing Company Pte., também com sede em Singapura.

Contudo fontes governamentais argumentaram ao @Verdade que este é um dos motivos pelos quais a ENH faz parte do Consórcio e irá acompanhar por dentro a produção e exportação garantindo que o Estado moçambicano saiba efectivamente quando gás é extraído, quando é vendido e a que preços, ao contrário do que acontece em Temane/Pande ou em Moatize.



Campeão do Zimbabwe humilha e elimina União Desportiva do Songo da “champions”

A União Desportiva do Songo deu a volta a desvantagem que trazia de Bulawayo mas acabou humilhada e eliminada da “champions” africana de futebol pelo FC Platinum que fez quatro em pleno “Caldeirão do Chiveve”.

Texto: Redacção • Foto: CAF

Derrotado na 1ª mão pela margem mínima o campeão nacional sacudi a pressão inicial dos zimbabwianos e de bola parada, no primeiro remate enquadrado com a baliza, Infren emendou para o fundo das redes um livre marcado do flanco direito, decorria o minuto 10.

Deixando a iniciativa atacante ao FC Platinum em contra ataque os “hidroeléctricos” fizeram a cambalhota na 2ª eliminatória de acesso à fase grupos da Liga dos Campeões Africanos em futebol minuto 25. Luís Mi-quissone arrancou do seu meio campo rasgou a defesa zimbabwena, isolou Telinho que na cara do guarda-redes fez a bola passar por cima até ao fundo das redes.

Os poucos adeptos que estavam nas bancadas do campo do Ferroviário da Beira ficaram com a expectativa que a União Desportiva do Songo iria selar o seu apuramento para à fase de grupos da Liga dos Campeões Africanos com uma goleada.



Mas o intervalo não fez bem a equipa de Nacir Armando, voltou ao relvado para gerir a magra vantagem e sofreu um golo logo no sexto minuto, Rodwell Chinyengetere de cabeça empatou a eliminatória, na verdade o golo marcado na Cidade da Beira até apurava os campeões zimbabwenos.

O FC Platinum não estava satisfeito e dez minutos depois o médio Never Tigere, ajeitan-

do a bola com mão, fez o 2-2.

O campeão moçambicano tentou reagir mas não conseguiu sequer fazer mais nenhum remate enquadrado com a baliza.

Do outro lado Chinyengetere embalou e voltou a facturar por duas vezes, nos minutos 89 e 93, confirmando a continuidade do campeão do Zimbabwe na “champions” com um agregado de 2-5 golos.

Idoso obrigado a abrir sepultura onde foi enterrado vivo na Província de Inhambane

Moçambique continua a ser um dos piores países do mundo para os idosos, no passado sábado (28) um cidadão de 75 anos de idade foi obrigado a abrir a sua sepultura e enterrado vivo em plena Cidade da Maxixe, na Província de Inhambane, pela própria família que o acusa de feitiçaria.

Texto: Redacção

Quadro 4.2 Distribuição percentual de idosos vítimas de violência por província, segundo sexo, Moçambique 2018

N	Masculino	Feminino
	194	305
Total	100,0	100,0
Niassa	3,1	3,3
Cabo Delgado	1,5	3,9
Nampula	0,0	2,6
Zambézia	6,2	7,5
Tete	10,2	10,2
Manica	3,6	9,2
Sofala	2,6	4,6
Inhambane	17,5	16,4
Gaza	7,7	3,6
Maputo Província	24,7	18,7
Maputo Cidade	23,7	20,0

Fonte: Comando Geral da PRM – Departamento de Atendimento a Família e Menores Vítimas de Violência, 2018

“Falamos para abrir a cova e fez, entrou e enterramos. Até pediu desculpas mas já não havia espaço para isso” confessou a jornalistas um dos familiares do finado.

Já o filho do idoso assassinado confessou que “matamos o nosso pai mas ele também matou a minha família a AMETRAMO sabe disso”.

A Polícia da República de Moçambique (PRM) deteve 20 membros da família do idoso, entre instigadores e autores materiais, que terão confessado o crime aparentemente movidos por arrependimento.

Entretanto a PRM diz estar a trabalhar para localizar um curandeiro que será o autor moral deste crime que aconteceu na vésperas de mais um Dia Internacional do Idoso, data foi instituída em 1991 pela Organização das Nações Unidas para sensibilizar a sociedade, para observância cautelosa das questões da gestão do envelhecimento, necessidade de protecção e outros cuidados para com a população desta faixa etária.

Em 2018 foram reportados 499 casos de violência contra pessoas idosas no nosso país principalmente na Cidade e Província de Maputo e na Província de Inhambane.

Em Moçambique os idosos não são apenas vítimas de crime mas também abandonados pelos seus familiares sem nenhum apoio o que conjugado com a incapacidade do Governo assisti-los torna-os mendigos.

Prejuízos da EDM aumentam para 3,5 biliões de Meticais, apesar do aumento do preço da energia



Os sucessivos aumentos do preço da energia eléctrica ainda não foram suficientes para equilibrar as contas da Electricidade de Moçambique (EDM) que fechou o ano passado com prejuízos a aumentarem para 3,5 biliões de Meticais. Alarmante tornou-se o passivo da empresa de distribuição de energia que disparou para 129 biliões de Meticais tendo o Governo nomeado-a como uma das Empresas Públicas que “representam um risco explícito do Estado”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 08 →

Quase três centenas de crianças violadas em Moçambique

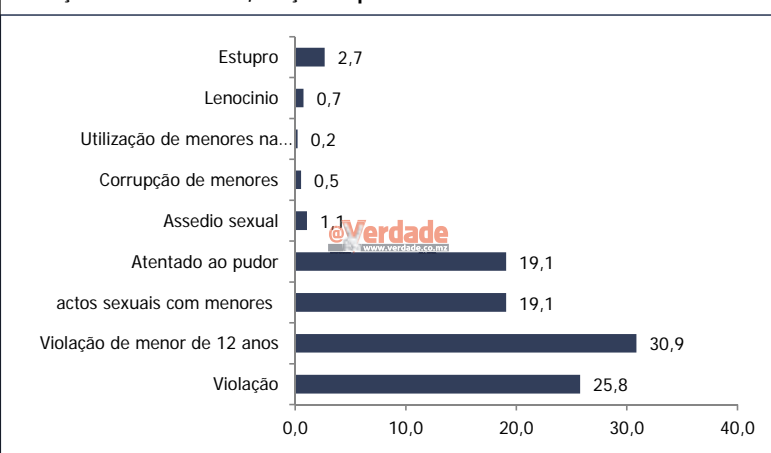
Pelo menos 282 crianças foram violadas em Moçambique, este foi o principal dentre os 943 crimes contra liberdade sexual de menores registados durante o ano passado.

Texto: Redacção

As raparigas continuam a ser as principais vítimas em quase todos tipos de crimes reportados, “com destaque para desleixo em relação a menor, ocultação, troca e descaminho de menor, entrega ilegítima de menores e constrangimento do menor abandonar a casa dos pais, que apresentam 80% e mais” indica um documento tornado público esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O documento assinala que “os casos de violação de menores de 12 anos e violação no geral foram os mais reportados com mais de 30 por cento e cerca de 26 por cento respectivamente, enquanto, a utilização de menores na pornografia, corrupção de menores e lenocínio foram de menor frequência com menos de 1 por cento de

Gráfico 2.5 Distribuição percentual de casos contra liberdade sexual de crianças de 0 a 17 anos, Moçambique 2018



casos reportados”.

“A violação de menores de 12 anos e a violência física simples e grave que resultou em morte, foram os casos mais reportados, sendo de 16,3 por cento e 17,1 por cento, respectivamente” refere ainda a publicação do INE que estamos a citar.

A maioria das violações de crianças aconteceram nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Gaza e Tete, com 32,8 por cento, 30,6 por cento, 28,7 por cento e 25,9 por cento, respectivamente, enquanto o atentado ao pudor registou-se mais em Manica com 50,9 por cento.



→ continuação Pag. 07 - Prejuízos da EDM aumentam para 3,5 biliões de Meticais, apesar do aumento do preço da energia

Desde de 2015 que o preço da energia para os moçambicanos tem aumentado todos os anos porém as Demonstrações Financeiras da EDM, analisadas pelo @Verdade, revelam que ainda assim a Empresa Pública continua a registar prejuízos que no exercício de 2018 ascenderam 3.467.201.722 Meticais embora tenha aumentado o seu volume de negócios de 27 para 31,1 biliões de Meticais.

As receitas com clientes de Alta e Média Tensão subiram de 3 para 5 biliões de Meticais, no segmento de Baixa Tensão o volume de negócios cresceu de 11 para 13 biliões de Meticais, os clientes especiais continuam a representar cerca de 4 biliões de Meticais contudo as receitas de exportação caíram de 3,9 para 2,8 biliões de Meticais.

EDM - ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Montantes expressos em Meticais)			
18. Volume de negócios			
A rubrica de vendas e prestações de serviços detalha-se conforme segue:			
	2018	2017	
Vendas de energia			
Alta e Média Tensão	4) 5 057 865 920	3 027 493 186	
Baixa Tensão	4) 13 402 445 781	11 283 544 144	
Clientes especiais	4 159 005 106	4 009 987 232	
Exportações	2 763 109 848	3 984 830 592	
	25 382 426 654	12 305 855 154	
Taxa de produção			
Alta e Média Tensão	4) 2 259 290 024	1 534 164 588	
Baixa Tensão	4) 404 929 732	363 436 364	
	2 664 219 756	1 897 600 952	
Taxa fixa	1 771 012 801	1 835 025 143	
Wheeling charge	5) 292 179 839	537 887 587	
Ramais e baixadas	1 027 344 336	357 682 946	
Outros serviços	7 728 089	354 222 740	
	3 098 263 964	2 834 788 426	
	31 143 308 274	17 672 221 969	
a) Este acréscimo deve-se essencialmente ao ajustamento tarifário verificado no mês de Novembro de 2017 relativamente a todas as tarifas. Por outro lado, em Novembro de 2018, foi também ajustada a tarifa de energia de baixa, alta e média tensão, para além de que as receitas com multas e penalizações relacionadas com a violação de seio, passaram a ser reflectidas nesta rubrica contrariamente ao que era feito em 2017 (Nota 20).			
b) O decréscimo registado nesta rubrica deve-se ao término do contrato de Wheeling charge com a Zesco (Nota 5).			

Num encontro com jornalistas, há alguns meses, a Administração da EDM explicou que está numa situação de conflito de mandato carregando o ónus da electrificação de Moçambique assente na vontade política mas sem as necessárias premissas de viabilidade e sustentabilidade a médio e longo prazo.

Além disso, e apesar dos aumentos para os seus clientes, a Electricidade de Moçambique está a comprar energia cada mais cara. É que embora a Hidroeléctrica de Cahora Bassa seja “nossa” só vende cerca de 10 por cento da energia que a EDM distribui em Moçambique, 81 por cento da electricidade é comprada a Produtores Independentes como a Central Térmica de Ressano Garcia, a Gigawatt Moçambique ou Aggreko.

O resultado é um défice entre o custo de compra e venda, enquanto Cahora Bassa vende cada quilowatt/hora a 3,5 cêntimos do Dólar os Produtores Independentes vendem cada quilowatt/hora entre 10 e 15 cêntimos do Dólar, portanto quase cinco vezes mais caro.

EDM representa “um risco explícito do Estado”

As Contas da EDM analisadas pelo @Verdade mostram também que o passivo total alcançou um novo máximo 129.408.319.573 Meticais, um aumento de quase 50 biliões comparativamente ao ano de 2017. Contribuiu para esse crescimento o aumento do passivo não corrente, particularmente o endividamento para electrificação rural que

tem sido acumulado para responder as promessas de Filipe Nyusi e do partido Frelimo.

EDM - ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Montantes expressos em Meticais)			
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017			
	Notas	31-Dec-2018	31-Dec-2017 (Reapreciado)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos tangíveis	5	186 063 348 097	68 713 490 025
Activos financeiros detidos para venda	8	763 871 939	763 921 939
Outros activos financeiros	9	1 086 811 527	1 323 714 019
Activos por impostos diferidos	26	1 735 730 761	322 520 578
		190 189 962 326	71 323 646 061
Activo corrente			
Investimentos	7	3 122 841 877	1 817 252 223
Clientes	8	5 930 592 678	6 960 360 440
Outros activos financeiros	9	4 687 466 917	2 235 288 487
Outros activos correntes	10	7 076 584 091	5 520 360 691
Caixa e bancos	11	4 077 260 518	3 854 749 347
		25 100 746 079	20 188 011 173
		215 279 308 405	91 511 667 234
TOTAL DO ACTIVO			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	12	6 187 139 566	6 187 139 566
Reservas	12	246 631 502	348 631 502
Reserva não distribuída	12	402 992 269	402 992 269
Provisões accionistas	12	11 648 505 238	11 648 505 238
Excedente de reavaliação	12	77 113 723 772	
Resultados transferidos	12	(5 975 869 526)	(7 148 490 406)
Resultado líquido do exercício		(3 487 201 722)	(784 260 643)
Total do capital próprio atribuído aos acionistas		86 881 988 829	10 662 587 631
Passivo não corrente			
Provisões	13	8 139 462 702	6 992 780 371
Empréstimos obtidos	14	1 367 062 436	1 468 655 441
Outros passivos financeiros	16	32 930 607 187	30 482 062 290
Outros passivos não correntes	17	10 498 764 748	9 911 900 222
Passivos por impostos diferidos	26	40 236 306 897	2 153 352 636
		93 135 235 963	51 008 730 960
Passivo corrente			
Provisões	13	135 638 755	700 794 582
Empréstimos obtidos	14	1 051 838 890	1 060 908 948
Fornecedores	15	24 904 086 696	20 522 940 908
Outros passivos financeiros	16	8 573 069 196	6 262 534 490
Outros passivos correntes	17	1 607 373 116	1 198 149 815
		36 273 063 653	29 645 328 743
TOTAL DO PASSIVO		129 408 319 573	80 649 879 704
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		215 279 308 405	91 511 667 234
O Técnico de Contas (Director)			
A Administração			
Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras			

Ironicamente o Governo destacou a EDM como uma das suas Empresas Públicas que “representam um risco explícito do Estado” justamente por causa desse endividamento para satisfazer as promessas políticas, na verdade grande parte dessa dívida é contraída pelo Estado e repassada para a Electricidade de Moçambique para os projectos de electrificação dos distritos.

“Os acordos de retrocessão são um risco fiscal porque têm uma alta probabilidade de não ser reembolsados dado que estão a beneficiar empresas com restrições de liquidez. Estes representam um passivo directo que tem como contrapartida um activo contingente no balanço do governo com alta probabilidade de não se materializar. Em 2017, 3,1 por cento do PIB em novos acordos de retrocessão foram desembolsados, mas só foram reembolsados 0,06 por cento do PIB. De acordo com a CGE o valor total da carteira foi de 11 por cento do PIB, a qual está concentrada em duas empresas, Maputo Sul (4 por cento do PIB) e EDM (3 por cento do PIB). Em 2017, a EDM recebeu 0,7 por cento do PIB em empréstimos adicionais, mas fez reembolsos de 0,03 por cento do PIB” assinala o Relatório de Riscos Fiscais de 2019.

Também voltou a pesar no passivo da EDM as dívidas com fornecedores que aumentou de 20,6 para 24,9 biliões de Meticais. As principais dívidas são com a Central Térmica de Ressano Garcia, 5,9 biliões de Meticais, e a Gigawatt Moçambique, 3,7 biliões de Meticais.

Paradoxalmente a dívida com Cahora Bassa voltou a crescer para 4,4 biliões de Meticais, depois da Hidroeléctrica nacional ter emprestado dinheiro à EDM para a pagar a sua própria dívida numa operação financeira que tinha como objectivo maior limpar as Contas da HCB para a sua contação na Bolsa de Valores de Moçambique.

Contribuição para o Sistema da Segurança Social: Desportistas já têm como se sustentar após as suas carreiras

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e o Sindicato dos Jogadores de Futebol de Moçambique (SJFM) assinaram, na segunda-feira, 30 de Setembro, um memorando de entendimento com vista ao estabelecimento de uma parceria para a divulgação e acompanhamento do cumprimento das obrigações inerentes à Segurança Social.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Esta parceria, firmada durante o seminário de divulgação do Sistema de Segurança Social para os desportistas, que decorreu na cidade de Maputo, vai permitir, igualmente, o desenvolvimento de acções conjuntas de divulgação de matérias sobre a Segurança Social.

Na ocasião, a secretária permanente do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Maria da Graça Mula Macuácu, disse esperar que a assinatura deste memorando entre as duas instituições contribua para a consciencialização dos agentes desportivos e entidades empregadoras desportivas sobre a importância de se garantir a protecção social, através da inscrição e canalização das contribuições ao Sistema de Segurança Social.

Por isso, “estarão abrangidos os clubes de futebol, jogadores e colaboradores destes, bem como jogadores que não se encontram filiados a nenhum clube por inactividade decorrente da interrupção ou fim da carreira desportiva, e desportistas no geral”, explicou Maria da Graça Mula Macuácu.

Por seu turno, o director-geral do INSS, Alfredo Mauaie, referiu que doravante vai ser possível, através do Sindicato dos Jogadores de Futebol de Moçambique, divulgar o Sistema de Segurança Social no seio deste grupo.

“Pretendemos, com esta parceria, sensibilizar os praticantes desta modalidade para mostrar a importância de se estar no Sistema de Segurança Social. Apesar de a Segurança Social ser obrigatória, entendemos que, mais do que essa obrigatoriedade, é fundamental que as pessoas tenham em mente a sua importância”, sublinhou Alfredo Mauaie.

Já o presidente do SJFM, António Gravata, disse haver um cumprimento deficitário das obrigações inerentes à Segurança Social, o que acaba por prejudicar os atletas, principalmente depois do término das suas carreiras.

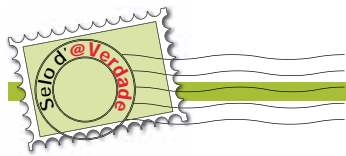
“O que os desportistas têm estado a passar, sobretudo no período pós-carreira, constitui uma das nossas maiores preocupações. Por isso, há necessidade de todos estarmos cientes de que esta é uma responsabilidade de todos. A Segurança Social ajuda a colmatar muitas situações nas nossas vidas”, frisou António Gravata, que falava também em nome de todos os desportistas.

Importa realçar que o seminário de divulgação do Sistema de Segurança Social para os desportistas tinha como objectivos divulgar o Regulamento de Segurança Social Obrigatória, bem como sensibilizar os clubes para a necessidade do pagamento das contribuições como forma de garantirem a protecção social dos trabalhadores e das suas famílias.

O evento contou com a participação de desportistas, representantes de clubes, federações, associações, professores, árbitros, técnicos, juizes de competições, e de outras pessoas que intervmem directa ou indirectamente na actividade desportiva.

Para o director nacional do Desporto, Rui Albasine, mais do que divulgar o Sistema de Segurança Social e a sua importância, o seminário serviu para esclarecer dúvidas relacionadas com esta matéria.

“Este tema é importante porque diz respeito à vida de todo os atletas pois perspectiva o futuro e o período pós-carreira de cada um deles”, considerou o director nacional do Desporto.



Importância do aleitamento exclusivo

O desenvolvimento humano não ocorre biologicamente. É um processo pedagógico que precisa ser mediado institucional e culturalmente, de tal forma que se assegure a formação do seu projecto de conduta. Neste sentido, tanto a educação formal quanto a informal reforçam-se mutuamente na construção de um Homem útil à sociedade a que pertence. Esta educação significa um meio de transmissão de hábitos, costumes e valores de uma sociedade entre os seus membros.

A educação, no entanto, é entendida como um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual do ser humano. É um processo contínuo e permanente no qual o Homem adquire habilidades, conhecimentos, concepções, experiências, etc. que o tornam apto a agir individual e colectivamente na resolução de seus problemas.

Assim, a educação alimentar contribui para a proteção e promoção da saúde através de uma alimentação adequada e saudável, determinando o crescimento e desenvolvimento do ser humano conforme as políticas em alimentação e nutrição, contribuindo de maneira significativa no controlo da prevalência de doenças de origem alimentar e garante, sobremaneira, o desenvolvimento saudável do ser humano, devendo, por conta disso, ser controlado desde a gestação,

primeiros dias de vida e durante a vida inteira.

Existe uma relação indissociável entre o estado nutricional da criança com a ocorrência da mobilidade e mortalidade. A amamentação ou o aleitamento ao peito tem uma influência positiva no estado nutricional da criança e, por conseguinte, contribui em grande escala na redução dos problemas de morbilidade e mortalidade infantil.

Em geral, uma nutrição inadequada (em qualidade e quantidade) está casualmente associada a origem de doenças (principalmente as de origem infecciosa) e fraco desenvolvimento das capacidades cognitivas.

O aleitamento materno é definido como um acto de nutrir a criança através de leite materno, envolvendo a interação profunda entre mãe e a criança, com repercussões no estado nutricional da criança, em sua habilidade de se defender de infecções, em sua fisiológica e no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além de ter implicações na saúde física e psíquica da mãe. No aleitamento materno exclusivo, o bebé é alimentado somente com leite materno, não recebe alimentos, água ou outros líquidos. É aquele que ocorre quando a criança recebe somente leite materno, direto da mama ou ordenhado,

ou leite humano de outra fonte, sem outros líquidos ou sólidos, com exceção de gotas ou xaropes contendo vitaminas, sais de reidratação oral, suplementos minerais ou medicamentos. Em outras palavras, a criança recebe leite materno (direto da mama ou ordenhado) e não consome um outro líquido diferente além de suplementos administrados ao nível da Unidade Sanitária, em casos prescritos pelo técnico de saúde para corrigir uma anomia ou para prevenir a sua ocorrência.

Algumas vantagens do aleitamento materno: fortalece o sistema de defesa do organismo da criança contra agentes causadores de doenças, reduzindo assim o índice de ocorrência de mortes infantis; previne a ocorrência de diarreias; diminui o risco de alergias; diminui o risco de hipertensão, colesterol alto e diabetes; reduz a chance de desenvolvimento da obesidade; é de menor custo; mantém o vínculo afectivo entre a mãe e a criança.

O aleitamento materno predominante é aquele que ocorre quando a criança recebe, além do leite materno, água ou bebidas à base de água (água adoçada, chás, infusões), sucos de frutas e fluidos rituais.

O aleitamento materno complementado ocorre quando a criança recebe, além do leite

materno, qualquer alimento sólido ou semi-sólido com a finalidade de complementá-lo, e não de substituí-lo.

O início e a duração do aleitamento são factores que podem ter influência no desenvolvimento somático da criança. O leite materno, nesse caso, possui propriedades fisiológicas importantes para a criança, dentre as quais se destaca a presença de anticorpos maternos importantes para a prevenção de infecções. Ademais, o aleitamento proporciona uma ligação afectiva entre a mãe e a criança, conforme visto nas vantagens acima mencionadas, o que é importante para o seu desenvolvimento psicomotor. Pelo contrário, o uso de biberão apresenta um risco acrescido de transmissão de doenças, principalmente nas áreas rurais e suburbanas, onde os padrões de higiene não são consideravelmente apropriados (IDS, 2003).

Recomenda-se que as crianças sejam alimentadas de colútrum (primeiro leite do peito) imediatamente depois de nascerem e continuarem a ser alimentadas exclusivamente de leite de peito mesmo se o regime do mesmo não tiver começado a sair devidamente.

Nesse contexto, a alimentação exclusiva da criança é aconselhável até aos seis meses de vida, altura em que se recomen-

da a introdução de alimentos suplementares tais como papas, frutas, sopas e outros alimentos semi-sólido e semi-líquidos.

De acordo com a OMS e o MISAU, o aleitamento materno exclusivo deve ser dado a criança durante seis meses, podendo ser complementado a partir do sétimo mês até aos dois anos de idade ou mais. No entanto, o desmame precoce constitui uma das principais causas da desnutrição.

O estado nutricional da criança é um factor determinante da sua vulnerabilidade a doenças. Portanto, o estado nutricional está aliado aos hábitos alimentares, costumes e práticas alimentares e é negativamente influenciado por doenças que podem ocorrer ao longo dos primeiros dias de vida da mesma.

Ademais, a alimentação nos primeiros dias de vida tem uma grande importância no desenvolvimento intelectual. Deste modo, os recém-nascidos que passam fome nos primeiros dias de vida (0-2 anos de vida), possuem um número de neurónios relativamente inferior ao de outras crianças com uma boa alimentação e, por sua vez, o volume do cérebro também fica diferente em virtude do acesso a alimentação.

Por: Basílio Macaringue

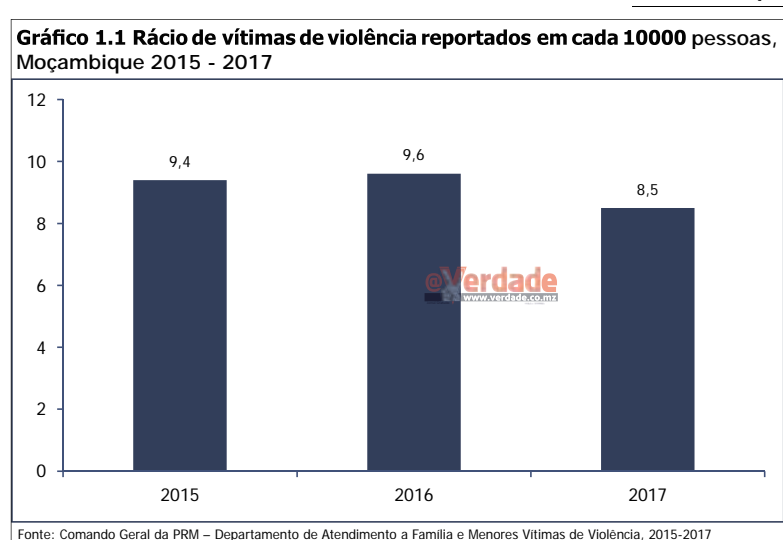
Denúncias de violência doméstica reduziram em Moçambique

As denúncias de violência doméstica reduziram em Moçambique, "ao passar de 9,4 em 2015 para 8,5 em 2017" de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) que destacou a Província de Maputo como aquela onde se registaram mais casos de violência entre adultos e também contra crianças.

"Em média cerca de 9 pessoas em cada 10 mil, foram vítimas de algum tipo de violência no país, com tendência decrescente ao passar de 9,4 em 2015 para 8,5 em 2017", revelam as Estatísticas de Violência Doméstica publicadas esta semana pelo INE.

O documento indica que "o número de casos reportados às autoridades policiais em crianças com idade de 0 aos 17 anos reduziu em 11,5 por cento e em 14,3 por cento de 2016 para 2018 e de 2017 para 2018, respectivamente. Entre adultos de 17 anos e mais, no mesmo período registou-se um aumento em mais de 2 mil casos, ao passar de 16 197 para 18 306, respectivamente".

O INE destacou as províncias de Maputo, Maputo Cidade, Nampula e Sofala como as que tiveram "mais casos de violência entre



adultos, acima de 2 mil, enquanto Cabo Delgado e Niassa com menos casos, sendo de 771 e 890, respectivamente. Entre crianças,

destacaram-se com mais casos as províncias de Maputo, Sofala e Manica com 1318, 1217 e 928, respectivamente".

Sociedade

→ continuação Pag. 01 - Prime Rate em Moçambique baixa um bocadinho ainda sem reflectir descida da Taxa Mimo

Somando à Prime Rate aos spreads que os três bancos que dominam o Sistema Financeiro praticam o preço do dinheiro acima dos 20 por cento em Moçambique, inviável para a maioria do sector produtivo sério e legal.

Também continua a manter altas as taxas de juro a intransigência dos banqueiros em reverter, em baixa, o seu prémio de custo, que pelo acordo existente deveria ser reavaliado a cada três meses, porém há 2 anos que não é mexido.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Lançado projecto para a inclusão digital da mulher rural

O MIN - Mulheres Informadas (WIN – “Women In the Network” na sua sigla inglesa), um projecto que visa contribuir para a redução da desigualdade digital do género e inclusão digital de mulheres e raparigas nas zonas rurais, foi lançado oficialmente, no dia 2 de Outubro corrente, no distrito de Ribáuè, na província de Nampula, pela Secretária Permanente Distrital, Cândida Gani.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

O MIN é um projecto conjunto entre a Gapi-SI, entidade que agência de desenvolvimento focada na inclusão e inovação e a dinamarquesa BLUETOWN e foi um dos nove seleccionados, numa iniciativa mundial designada WomenConnect Challenge lançada pela USAID.

A participação nesta iniciativa, que contou com cerca de 500 candidaturas de 89 países de todo mundo é um primeiro e importante passo na colaboração entre estas duas empresas para promover a inclusão digital e tecnológica da mulher rural em Moçambique.

Tomaram parte da cerimónia, além do Governo provincial, os principais intervenientes deste projecto, nomeadamente o financiador USAID, o implementador Gapi e seu parceiro tecnológico, a empresa dinamarquesa BLUETOWN, a Ologa - uma empresa de área de Tecnologias de Comunicação e Informação, subsidiária da Gapi que é dirigida



por um Global Shaper moçambicano e 10 micro-operadoras que já estão em formação para operacionalizarem a utilização desta ferramenta.

Usando da palavra na qualidade de representante do Governo, Gani enalteceu a iniciativa que, “vem contribuir para responder a um dos desafios do Plano Quinquenal do Governo que é

integrar a mulher em actividades de geração de renda. Este programa tem a vantagem de, além de incentivá-las e apoiá-las na iniciação ou desenvolvimento dos seus negócios, dotá-las de informação útil para a tomada de decisões que impactem nas suas vidas”.

Já a representante da USAID, Tameeka Cameron, considerou

que “esta é uma oportunidade para a mulher rural de Ribáuè desenvolver as suas habilidades. A nossa expectativa é que este projecto alcance os objectivos pré-definidos e que sirva de exemplo para daqui se criarem outras réplicas nos outros distritos do país”.

O MIN propõe a integração de soluções de conectividade da BLUETOWN – ligar plataformas desconectadas a uma Local-CLOUD – com a experiência comprovada da Gapi em promover a participação financeira das mulheres rurais e o desenvolvimento de habilidades de empreendedorismo em Moçambique. As referidas soluções visam mudar, significativamente, a forma como as mulheres e meninas acessam a tecnologia, para gerar resultados positivos para a saúde, educação e meios de subsistência para elas e suas famílias.

A Gapi e seu parceiro BLUETOWN estão a ultimar negociações com parceiros importantes

como a Autoridade Reguladora das Comunicações de Moçambique (ARECOM) e o Fundo do Serviço de acesso universal, gerido por esta, para operacionalizarem o programa “Rural Connect”, cujo objectivo é criar inclusão digital, através do acesso à internet nas zonas rurais. Estas entidades já têm um entendimento para alargar esta iniciativa a mais uma dezena de localidades.

“Este é mais um passo que visa o alcance de um dos nossos objectivos que é promover a mulher e a rapariga, para que estas sejam protagonistas do processo de desenvolvimento mais inclusivo através da criação de pequenas empresas. O acesso à informação é vital para a implementação e o sucesso dos sonhos e empreendimentos de milhões de jovens rurais, particularmente das mulheres, daí buscarmos parceiros competentes e credíveis para este desafio”, indicou Nância Macarique, coordenadora do Programa ao nível da Gapi.

Estudantes da ECA dão música na Tmcel

Por ocasião do Dia Mundial da Música, que se celebra a 1 de Outubro, a Moçambique Telecom-Tmcel promoveu, na sua sede, na cidade de Maputo, um concerto musical gratuito, em parceria com a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A iniciativa, conforme explicou Nelson Chacha, director de Marketing da Tmcel, teve por objectivo proporcionar momentos de lazer ao som da orquestra dos estudantes aos colaboradores da empresa, convidados e transeuntes que passavam pelo pátio frontal da sua sede.

Para além da efeméride, o concerto enquadra-se também no âmbito da parceria recentemente firmada entre as duas entidades com vista à formação e capacitação em matéria de tecnologias e informação e etnomusicais, bem como a promoção de estágios profissionais.

“A Tmcel tem um papel importante na promoção de actividades culturais, e reiteramos o compromisso de apoiar os músicos para que haja um fortalecimento da música. A nossa expectativa é contribuir para o desenvolvimento desta actividade de forma constante”, explicou Nelson Chacha.

Por sua vez, João Miguel, director da Escola de Comunicação e Artes (ECA) referiu que esta iniciativa marca o início de um conjunto de actividades culturais que serão promovidas em parceria com a Tmcel.

“Trata-se de uma parceria que vai contribuir para a valorização da música e dos seus fazedores, aos quais desejo sucessos na sua carreira”, con-



siderou João Miguel, que aproveitou a ocasião para felicitar os músicos pela passagem do seu dia.

No fim do concerto, o compositor e músico Ernesto Chimanganine, membro do agrupamento Galtons e professor honorário da ECA, mostrou-se feliz com a actuação dos seus estudantes.

“É um dia muito especial porque, para além de celebrarmos o Dia Mundial da Música, assinalamos o início desta importante parceria com a Tmcel, que vai ajudar a engrandecer a

nossa cultura”, sublinhou Ernesto Chimanganine.

O Dia Internacional da Música foi instituído em 1975 pela International Music Council (Conselho Internacional da Música), uma instituição fundada em 1948 pela UNESCO, que agrega vários organismos e individualidades do mundo da música.

A sua criação visava a promoção da arte musical em todos os sectores da sociedade, da troca de experiência e da evolução das culturas, bem, como a divulgação da diversidade musical.

Facilitada travessia de pessoas e bens entre Quissanga e Ilha do Ibo

O Governo alocou uma embarcação para o transporte de pessoas e bens, na travessia Quissanga/Ilha do Ibo, na Província de Cabo Delgado. Com capacidade para 40 passageiros e um porão para o transporte de carga diversa, até 4 toneladas, a embarcação será entregue, dia 3 de Outubro, devendo iniciar as operações de imediato.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

A medida que surge, em resposta à preocupação colocada pelos residentes locais, durante a Presidência Aberta, vai dinamizar o comércio e o turismo na costa de Cabo Delgado, esperando-se igualmente o transporte seguro de doentes, a redução dos custos de transporte de passageiros e de produtos de primeira necessidade, naquela parcela do País.

Actualmente, a travessia Quissanga/Ilha do Ibo é assegurada por pequenas embarcações, sendo expectativa do Governo que o investimento realizado na aquisição desta embarcação contribua igualmente para a melhoria do conforto e segurança no transporte marítimo dos locais onde a embarcação vai operar.

Carlos Mesquita: Cooperativas devem melhorar gestão para assegurar um eficiente sistema de transporte público

As cooperativas que receberam os autocarros adquiridos pelo Governo devem melhorar a sua gestão, por forma a assegurar maior disponibilidade destes meios para o público utente, disse o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, no final da visita efectuada, recentemente, às Cooperativas dos Transportadores de Boane (COOTRAB), sediada na Matola, Cooperativa dos Transportadores do Corredor da N1 (COOTRAC1), Cooperativa dos Transportadores de Albazine (COTRALBA) e a Cooperativa dos Transportadores de Marracuene (COTRAMAR), sediadas na Cidade de Maputo.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para Mesquita, os operadores precisam de honrar com os termos contratuais acordados com o Governo, particularmente na componente de gestão e manutenção dos autocarros alocados, como forma de atingirmos os índices de disponibilidade de transporte projectados a quando do investimento realizado.

“O Governo adquiriu estes autocarros para resolver o problema de transporte da população, sendo que todos os intervenientes, deste as cooperativas, operadores, oficinas de manutenção e reparação, seguradoras e outros, devem ter como foco principal a solução do problema de transporte da população, sendo deploráveis algumas atitudes que levam a que os autocarros fiquem paralisados, por meros problemas de gestão”, disse Mesquita.

A visita às cooperativas e à oficina de manutenção de autocarros

fornecidos pela Sir Motors tinha como objectivo aferir o nível de utilização e o impacto dos autocarros na mobilidade ao nível da área metropolitana de Maputo, que absorveu maior parte dos meios alocados a todas as capitais provinciais e alguns distritos do País.

Durante a visita, Carlos Mesquita interagiu com os gestores e técnicos das cooperativas, gestores da oficina de manutenção de autocarros da Sir Motors e, no fim, considerou satisfatórios os índices de controlo e de operacionalidade dos autocarros, porém reconheceu que um trabalho mais coordenado entre as cooperativas, oficinas, seguradoras e outros intervenientes nesta cadeia poderia permitir índices de disponibilidade de autocarros ainda maiores.

“Estes índices de disponibilidade de autocarros que acabam de nos apresentar, condicionados por avarias, manutenções e aci-



dentes, correspondem às nossas projecções, porém queremos que sejam superados. Aliás é nesta cooperativa (COOTRAC1) que implementamos o projecto piloto com 50 autocarros, entregues em Fevereiro de 2016, volvidos cerca de quatro anos, os 50 autocarros continuam operacionais e em bom estado, tendo atingido mais 600 mil quilómetros de marcha. Essa é nossa expectativa com os

meios alocados a esta e outras cooperativas”, disse Mesquita, durante a visita à COOTRAC1, a primeira cooperativa criada em 2016 que hoje opera com 72 autocarros alocados pelo Governo.

Na hora do balanço da visita, Mesquita disse a jornalistas que apesar de, em média os índices de disponibilidade de autocarros serem satisfatórios, “encontra-

mos algumas cooperativas que apresentam dificuldades ligadas à organização e gestão, o que resulta na paralisação de autocarros devido a questões que podiam ser previstas e atendidas com a necessária antecedência” disse Mesquita acrescentando que orientou a Agência Metropolitana dos Transportes de Maputo (AMT) para trabalhar com todas as cooperativas que receberam autocarros do Governo, para rapidamente ultrapassarem essas questões.

Na ocasião, o ministro dos Transportes e Comunicações garantiu que o Governo vai continuar a investir no melhoramento da mobilidade, através da introdução de mais autocarros, reforço do transporte ferroviário de passageiros, melhoria de gestão, entre outras medidas com vista a responder à crescente procura que caracteriza a área metropolitana de Maputo.

Princípios de Iniciativa Financeira para Responsabilidade Bancária: Standard Bank alinhado com as Nações Unidas

O Grupo Standard Bank assinou, recentemente, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, o acordo de Princípios de Iniciativa Financeira para Responsabilidade Bancária (UNEP FI), projectado para ajudar os bancos comerciais a alinhar as suas estratégias de negócio com os objectivos da sociedade.

Com efeito, o Standard Bank, que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da estrutura nos últimos dois anos, tornou-se signatário fundador dos princípios das Nações Unidas para um banco responsável, visando impulsionar o desenvolvimento económico sustentável e garantir a prosperidade das gerações actuais e futuras.

Trata-se de princípios que compreendem sete áreas de impacto social, económico e ambiental, nomeadamente a criação de emprego e desenvolvimento de empresas, educação, inclusão financeira, saúde, meio ambiente e mudanças climáticas, desenvolvimento de infraestrutura, comércio e investimento africano.

Mais de 100 executivos bancários de cinco continentes, juntaram-se, recentemente, com o secretário-geral da ONU, António Guterres e a UNEP FI, para lançar os Princípios de Iniciativa Financeira para Responsabilidade Bancária na Assembleia Geral anual da ONU, em Nova Iorque.

A propósito, Sola David-Borha, administradora executiva para a região africana do Grupo Standard Bank, referiu que os prin-



cípios estão alinhados com o objectivo do Standard Bank que consiste em impulsionar o crescimento do continente africano e desenvolver as comunidades, estabelecendo parcerias de forma íntegra.

“Eles também apoiam o esforço do grupo para maximizar o nosso impacto social, económico e ambiental”, disse.

O Standard Bank, conforme indicou Sola David-Borha, vê neste acordo uma oportunidade de assegurar um impacto significativo em todo o continente, uma vez que possui maior representatividade de todos os bancos parti-

cipantes. O Standard Bank, que abrange a marca Stanbic, opera em 20 mercados africanos.

Os princípios foram projectados para ajudar os bancos a alinhar as suas estratégias de negócio com os objectivos da sociedade - conforme expresso nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e no Acordo Climático de Paris - estabelecendo deste modo uma plataforma para um sistema bancário sustentável.

Os bancos signatários do acordo de Princípios de Iniciativa Financeira para Responsabilidade Bancária devem incorporar con-

siderações sociais, económicas e ambientais nos seus processos, práticas e decisões, bem como realizar análises de impacto para identificar as suas maiores contribuições positivas e negativas para as sociedades, economias e ambientes em que operam.

Entretanto, o Standard Bank já registou progressos significativos nestas áreas, tendo, em Julho do corrente ano, lançado o projecto de “Plantio de Árvores”, que permitiu o plantio de um total de 850 mudas em dez instituições de ensino primário, secundário e superior, na província e cidade de Maputo, contribuindo, deste modo, para o aumento das áreas verdes.

Na vertente da criação de emprego e desenvolvimento de empresas, o banco inaugurou, em Agosto de 2017, a sua Incubadora de Negócios, em Maputo, que desenvolve iniciativas, visando ajudar os jovens a estruturar ideias de negócio, assim como instigá-los a criar empreendimentos que tenham impacto na comunidade, ajudando a resolver os problemas do dia-a-dia de forma simples e criativa, para além de gerar postos de trabalho para outras pessoas.

INSS divulga Segurança Social para desportistas

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), em parceria com o Ministério da Juventude e Desportos (MJD) e com o Sindicato de Jogadores de Futebol de Moçambique (SJFM), realiza esta segunda-feira, dia 30 de Setembro, no Auditório da Autoridade Tributária de Moçambique, o Seminário de Divulgação do Sistema de Segurança Social para os Desportistas.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

O evento, que terá réplica ao nível das restantes províncias do País, contará com a presença de mais de 300 participantes, entre agentes desportivos, designadamente, os praticantes de várias modalidades desportivas, técnicos, árbitros, docentes, pessoal médico e entidades empregadoras desportivas, caso de federações, associações, academias e clubes desportivos.

Será partilhada, durante o encontro, informação relativa aos regulamentos da Segurança Social Obrigatória e do Trabalho Desportivo, sobre a plataforma M-Contribuição (M-Contribuição, Meu Benefício) e os mecanismos de pagamento de contribuições via SISS-MO (Sistema de Informação da Segurança Social de Moçambique), assim como sobre a Folha de Relação Nominal (e-FRN) e o Portal do Emprego.

A margem do seminário será assinado o Memorando de Entendimento entre o INSS e Sindicato de Jogadores de Futebol de Moçambique, com vista ao estabelecimento de uma parceria para a divulgação do Sistema e acompanhamento do cumprimento das obrigações inerentes à Segurança Social.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.